

**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**



## **Política Agrícola e Enquadramento Estratégico**

**Ruma a uma agricultura sensível à nutrição, inteligente face ao  
clima e sistemas alimentares**

**Junho de 2017**

Abreviaturas.....	2
Introdução: definição do enquadramento.....	3
Antecedentes .....	3
Metodologia.....	3
Importância e potencial da agricultura.....	4
Principais Desafios da Política Nacional.....	6
Outros constrangimentos transversais ao setor.....	8
Lições aprendidas e oportunidades.....	9
Oportunidades.....	10
Política e Enquadramento Estratégico.....	11
Visão e Objetivos da Política .....	11
Princípios orientadores .....	12
Metas e indicadores principais.....	14
Principais políticas e intervenções estratégicas essenciais.....	14
Reforma fundiária .....	14
Gestão Sustentável de Recursos Naturais.....	15
Diversificação.....	17
Produção e Produtividade: Agricultura Inteligente Face ao Clima (AIC) .....	17
Tecnologias agrícolas.....	19
Tecnologias de pós-colheita e gestão.....	21
Ligar os agricultores ao mercado: da subsistência para a orientação para o mercado.....	22
Desenvolvimento da cadeia de valor .....	22
Emprego rural (foco na juventude rural) .....	24
Participação do setor privado e parcerias público-privadas-comunitárias.....	24
Financiamento rural.....	25
Consumo para uma dieta saudável.....	25
Fortalecer a extensão, pesquisa aplicada e educação.....	26
Formulação política, implementação e monitorização e avaliação .....	28
Papéis e Responsabilidades.....	28
Governança.....	28
Planeamento Operacional e Financeiro: próximos passos.....	29
Monitorização e avaliação.....	29

## Abreviaturas

AIC	Agricultura Inteligente face ao Clima
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
CONSSAN-TL	Conselho Nacional para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutrição
CVF	Cadeia de Valor Financeira
DADE	Departamento dos EUA de Assistência a Desastres no Estrangeiro
ECA	Escolas de Campo de Agricultores
ENS	Espécies Negligenciadas e Subutilizadas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
GRN	Gestão de Recursos Naturais
Ha	Hectares
MAP	Ministério da Agricultura e Pescas
MOF	Ministério das Finanças
NU	Nações Unidas
OC	Organizações Comunitárias
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PFNM	Produtos Florestais Não Madeireiros
PIB	Produto Interno Bruto
POMP	Planos Operacionais de Médio Prazo
RRD	Redução de Riscos de Desastres
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SPS	Standards sanitários e fitossanitários
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USD	Dólar do Estados Unidos

## Introdução: definição do enquadramento

### Antecedentes

A Política Agrícola e o Quadro Estratégico de 2004 bem como o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030) foram aprovados com o objetivo de assegurar o desenvolvimento geral do setor agrícola em Timor-Leste. À medida que mais informação se torna disponível, surgiu a necessidade de rever a política, levando em consideração o contexto em mudança e as lições aprendidas, bem com de alinhar a política agrícola geral aos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Primeiro-Ministro de Timor-Leste declarou o ODS 2 " fome zero" uma prioridade no país.

O presente documento destaca a visão (revista) e os objetivos para o desenvolvimento agrícola em Timor-Leste. Descreve as principais políticas e estratégias do Governo para aumentar a produtividade e a produção do setor agrícola, que poderão ter impactos positivos congruentes na segurança alimentar e nutricional e no alívio da pobreza, bem como no crescimento sustentável no contexto das alterações climáticas. O documento foi propositadamente desenvolvido como uma política "global" do setor agrícola, a fim de criar sinergias e coerência na política agrícola. **Este documento não procura estipular uma lista exaustiva e abrangente das estratégias e ações dos subsectores, conforme podem ser encontradas nos documentos de política do subsector.** O documento reconhece a necessidade de envolvimento público, da sociedade civil, do setor privado e das comunidades, que partilham responsabilidades, através de abordagens interdisciplinares e dos diversos interessados.

### Metodologia

O enquadramento político foi elaborado através de um processo consultivo que envolveu um amplo número de interessados, incluindo o Governo, associações de agricultores, setor privado, académicos, ONGs, agências das Nações Unidas, instituições de financiamento internacional e outros parceiros de desenvolvimento. As políticas alicerçam-se - e foram ainda mais desenvolvidas - na análise de muitos documentos políticos dos sectores e subsectores relevantes<sup>1</sup>, bem como de estudos relevantes e de outros documentos (de projetos). Esses exercícios orientaram e estipularam uma mudança na direção da política – “sistema alimentar com uma abordagem sustentável e sensível à nutrição”: conforme é demonstrado na figura 1 *infra*.

## Ambiente Propício: Análise Política

---

<sup>1</sup> Política e Estratégia Agrícolas (2004), Política das Florestas Revista, (2017), Estratégia de Pescas e Aquacultura (2012-2030), Avaliação ao Setor Pecuário de Timor-Leste, MAP (2015), Política de Segurança Alimentar e Nutrição (2017), Esboço da Política de Igualdade do Género, (2017), Política e Estratégia para as Alterações Climáticas (2017), Plano Nacional de Ação para Timor-Leste Livre de Fome e Malnutrição (2014), Plano de Ação para Combater a Degradação dos Solos (2008) Estratégia Nacional de Emprego Jovem (2009), Enquadramento Político para a Extensão Agrícola (2008), Plano Estratégico de Desenvolvimento (2012-2030), Plano Estratégico do MAP (2014-2020), POMP – Plano Operacional de Médio Prazo para o Setor Agrícola (2014), Plano de Investimento a Médio Prazo para o Setor Agrícola (2014-2018) MTIP, Estratégia Nacional da Biodiversidade e Plano de Ação de Timor-Leste (011-2030), Estratégia de Nutrição de Timor-Leste (2014-2020), Plano de Ação Nacional para Timor-Leste Livre de Fome e Malnutrição (2010) Plano de Ação para a Adaptação Nacional (2010) , Estratégia de Género e Setor Privado (2014-2017).



Figura 1: Os alicerces do enquadramento da política e estratégias revistas (fonte: FAO).

### Importância e potencial da agricultura

Apesar da economia de Timor-Leste ser impulsionada tanto pelas receitas do petróleo proveniente do mar quanto pelos contratos de infraestruturas do Governo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) sublinha a importância da agricultura como um dos três pilares do desenvolvimento económico do país. As receitas petrolíferas deverão diminuir nos próximos 5 anos, enquanto mais de 70% da população continua dependente da agricultura. O setor representa cerca de 20% para o PIB (não petrolífero). A principal mercadoria de exportação é o café orgânico.

Considerando que existem poucas oportunidades económicas alternativas, o caminho de saída da pobreza para a maioria da população de Timor-Leste dependerá do setor agrícola. No subsector da agricultura (culturas), que inclui horticultura, Timor-Leste tem potencial para aumentar a produção de alimentos (arroz, milho, mandioca, batata-doce, vegetais) para satisfazer as necessidades domésticas. Da área terrestre de 15.000 km<sup>2</sup>, cerca de 40% é adequado para cultivo e/ou pecuária e apenas cerca de 80% dessas terras aráveis estão a ser atualmente utilizadas. O potencial de produção de arroz irrigado é de cerca de 71.258 ha, dos quais cerca de 40.000 ha estão agora funcionais. O potencial de cultivo nas montanhas é de cerca de 274 000 ha, no entanto, apenas cerca de 80 000 ha estão a ser atualmente cultivados. A maior parte da produção - arroz (70%), milho (80%) e mandioca (50%) é para o consumo das famílias. O milho e a mandioca também são comumente usados para alimentar o gado, nomeadamente galinhas e porcos. O pequeno excedente que resta é vendido. Geralmente, os agregados familiares agrícolas produzem pequenas

quantidades de várias outras culturas para o consumo das famílias. Muitos também coletam alimentos selvagens, que geralmente são consumidos pela família. Existe também potencial para aumentar a produção de culturas hortícolas para satisfazer a procura doméstica. À medida que a capacidade dos serviços de quarentena melhora, as regras para a importação de alimentos serão aplicadas mais rigorosamente. Isto pode ter um impacto significativo nas grandes quantidades de alho, cebola, batata e maçã que entram no país e proporcionam uma oportunidade para melhorar a produção localmente.

Existe potencial para aumentar a produção pecuária para responder à procura interna, bem como para aceder a mercados regionais, devido a uma crescente procura de carne na Indonésia e noutros países da ASEAN. A maioria das famílias tem algum gado (aves, cabras, porcos, búfalos de água e bovinos de Bali) para assegurar o seu sustento. O gado é criado em pequena escala e de modo extensivo e serve como poupança, reserva de segurança alimentar e como fonte de proteína. A pecuária também é usada para cumprir obrigações culturais. Devido ao custo elevado da ração concentrada importada e ao preço barato da carne de porco e das aves provenientes do estrangeiro, o desenvolvimento da produção intensiva de suínos e aves de capoeira em Timor-Leste permanece na sua infância. Em algumas áreas rurais, os búfalos de água desempenham um papel importante no sistema "*rencah*" de preparação dos campos de arroz. Em termos gerais, com exceção das cabras, os números de gado retornaram aos níveis anteriores à independência. Considera-se que Timor-Leste tem potencial para suportar mais de 500 mil ruminantes (bovinos, búfalos, cabras e ovelhas), em comparação com o valor atual de cerca de 350 mil. Além disso, o consumo de aves e ovos nas áreas urbanas é dominado pelas importações. Como tal, a necessidade de aumentar o acesso a alimentos de origem animal - gado e peixe - é considerada vital para a melhoria do estado nutricional de uma grande proporção da população que está atualmente privada de uma dieta nutricionalmente equilibrada.

Igualmente substancial é o potencial do subsector das pescas. Com um litoral de cerca de 735 km e uma Zona Económica Exclusiva de 75,000km<sup>2</sup>, Timor-Leste tem o potencial de produzir grandes quantidades de peixe, mas o subsector permanece subdesenvolvido. A pesca artesanal satisfaz mais de 85% (6,065 toneladas) de necessidades domésticas de peixe no país. A maior parte da pesca marítima é realizada com pequenos barcos tradicionais, redes de emalhar e palangres. Apenas cerca de 21% dos barcos são motorizados. A maricultura e a aquicultura foram recentemente introduzidas em pequena escala. A pesca comercial no mar é realizada por frotas estrangeiras sob licença. Existem indícios de sobrepesca e a sustentabilidade das unidades populacionais de peixes selvagens é uma grande preocupação. Não existe uma exportação substancial de recursos marinhos, embora existam recursos marítimos que ainda não estão a ser utilizados. Portanto, a pesca comercial e as cadeias de valor do pescado são consideradas áreas de potencial elevado para desenvolvimento.

Se for objeto de investimentos adequados, o subsector florestal, que também inclui o café e as plantas industriais, tem um potencial económico significativo. Por exemplo, o café timorense (orgânico) tem uma boa reputação no mundo, mas sua produção é muito baixa e a sua qualidade está a diminuir porque as plantas de café são antigas e precisam de reabilitação (especialmente poda). As condições climáticas do país também são adequadas para o cultivo de uma variedade de espécies de árvores (madeiras e sândalos) e árvores frutíferas (rambutã, pêssegos e ameixas), bem como culturas de especiarias, como a pimenta preta, o gengibre, o cravinho e a baunilha. Cerca de 52% do país é coberto por

florestas escassas e densas. As árvores florestais incluem teca, sândalo, pau rosa e mogno. A maior parte das florestas encontram-se degradada e muito poucas são exploradas de forma comercial. No entanto, nos últimos anos, as florestas foram severamente exploradas e degradadas para vários fins, incluindo terem sido sujeitas a agricultura de corte e queima.

Outros produtos florestais não-madeireiros valiosos (PFNM) incluem o mel, que há muito é importante, embora tenha sofrido recentemente um declínio, e uma pequena indústria artesanal que produz móveis de bambu e rota para uso local. O bambu e a rota crescem vastamente em Timor-Leste e são usados para uma multiplicidade de propósitos. Esses PFNM são fontes importantes de rendimento rural.

Apesar do potencial do setor, as atuais alocações do orçamento governamental são muito baixas e não refletem o papel crítico do setor no desenvolvimento nacional, recebendo cerca de 1,7% do orçamento de Estado, e que se concentra mais no desenvolvimento de infraestruturas de curto prazo (irrigação). Além disso, o MAP viu uma parte do seu orçamento ser transferida para os municípios (US \$ 4,7 milhões), que pode ser considerado como um movimento para a descentralização. No entanto, o orçamento geral atribuído à agricultura foi reduzido em 3,3% e em 2017, recebendo apenas 1,73% do Orçamento Geral do Estado.

## Principais Desafios da Política Nacional

### **Combater a pobreza generalizada e a segurança alimentar são grandes desafios em Timor-Leste**

Cerca de 30% da população atual continua a viver em pobreza extrema, especialmente aqueles nas áreas rurais (70% de agricultores de subsistência), e enfrentam períodos regulares de insegurança alimentar. O rendimento médio das culturas em Timor-Leste está entre os mais baixos do mundo, e esta baixa produtividade resulta em pouco incentivo para a agricultura, redução do número de agregados familiares que praticam agricultura, menor produção nacional e resultados nutricionais fracos. Para melhorar a produção e a produtividade de forma sustentável, o desafio da política está em como potencializar tecnologias inovadoras e apropriadas, adequadas ao contexto timorense, evitar que terrenos produtivos sejam utilizados para outras atividades, capacitar e incentivar os agricultores, promover o setor privado e criar um ambiente favorável para o comércio que ligue os produtores aos consumidores/mercados. Deve haver esforços para aumentar a produção e a produtividade, e reduzir as perdas pós-colheita. A provisão de serviços financeiros de mercado aos agricultores é crítica, reduzindo assim a dependência do Estado como provedor de bens e serviços. É necessária muita atenção aos serviços de suporte técnico, às infraestruturas básicas, e à garantia de disponibilidade de água. É importante desenvolver instrumentos políticos que coloquem todas as terras atualmente improdutivas, que não estejam em rotação ou regeneração, em produção. No contexto das alterações climáticas, a produção deve ser feita de acordo e adaptada a zonas agroclimáticas: o mapeamento e a delimitação de zonas são importantes para identificar onde e o que deve ser cultivado de maneira sustentável

### **A malnutrição, a diversificação de alimentos e assegurar dietas saudáveis é outro grande desafio.**

A insuficiência alimentar é uma das causas imediatas da malnutrição, no entanto, outros fatores, como doenças, saúde e cuidados infantis fracos, falta de água potável e

saneamento melhorado, higiene e habitação também afetam a segurança alimentar e a nutrição. Cerca de metade de todas as crianças timorenses são privadas de uma dieta nutricionalmente equilibrada. Com cerca de 50% das crianças menores de cinco anos com altura insuficiente para a sua idade, 27% são subnutridas e 11% são magras para a altura, a malnutrição é uma questão crítica. A produção não deve apenas concentrar-se em produtos básicos, como arroz, milho e tubérculos, mas também em outros alimentos, como legumes, culturas tradicionais subutilizadas e frutas. A diversificação da produção é, conseqüentemente, muito importante, bem como a sensibilização para a preparação de alimentos saudáveis. De facto, as políticas governamentais anteriores e atuais contribuíram para um desenvolvimento desequilibrado do setor, levando a uma desconexão entre a malnutrição e a diversidade alimentar, devido ao forte foco na produção e consumo de arroz e esquecimento da diversificação das culturas e do uso de culturas subutilizadas.

**O desenvolvimento do mercado e da cadeia de valor é fundamental para o desenvolvimento dos subsectores da agricultura, pecuária, pesca e silvicultura.**

A maioria dos produtores muitas vezes não consegue vender seus produtos porque a cadeia de valor não está configurada corretamente. O dinheiro (noz-molucana, côco, café e culturas de valor elevado (culturas de nicho, pimenta preta, caju, gengibre, cravinho, cacau) é importante para gerar rendimentos mais altos. É imperativo que a política garanta que os mercados locais, nacionais e regionais sejam desenvolvidos, especialmente para os produtos orgânicos, pois estes são de maior valor acrescentado. Por exemplo, para o café, isso incluiria a melhoria da regeneração através da torrefação. A importação deve ser regulada de modo a proporcionar oportunidades aos empresários locais para desenvolver os seus negócios. Em relação a vários produtos, a importação é atualmente muito mais barata do que a produção no país. Produtos de alto valor, que são adequados para o mercado interno incluem vegetais e frutas, tais como o rambutã, pêssegos e ameixas. A maioria desses produtos são atualmente importados. Isto não ajuda as empresas locais.

Timor-Leste precisa de definir como objetivo a exportação de produtos processados e embalados, em vez de produtos primários que geralmente são vendidos a preços baixos. O aumento da procura de produtos pecuários na Indonésia deve ser futuramente avaliado caso o país invista em instalações de processamento e empacotamento para exportar apenas carcaças em vez de animais vivos. Para esse efeito, precisam de ser abordadas uma série de questões, incluindo investimentos em processamento e empacotamento, doenças animais, conformidade com as normas e regulamentos internacionais (SPS/Qualidade dos alimentos). Em Díli, há um matadouro formal e 11 matadouros informais que abatem cerca de 50 cabeças de gado por dia. É necessário desenvolver a cadeia de valor para traduzir o potencial da aquicultura do país numa realidade prática, visando assim um impacto duradouro na redução da pobreza e na redução da malnutrição.

Atualmente, muitos supermercados estabeleceram vínculos diretos com pequenos produtores de vegetais. Isto demonstrou-se um grande sucesso, pois a produção hortícola no país agora é capaz de substituir alguns dos produtos importados. No entanto, os preços de outros produtos importados, como o alho e as batatas, ainda são inferiores aos produzidos localmente e isso precisa ser abordado. Num futuro próximo, se as condições corretas forem definidas, também pode ser este o caso das frutas e dos produtos para pecuária e aquicultura.

**Geração de rendimentos e emprego (jovem)**

O emprego rural, especialmente para os jovens, continua a ser um enorme desafio. A importância do rápido progresso na criação de emprego é claramente ilustrada pelo fato de que cerca de 15.000 a 20.000 jovens - predominantemente de áreas rurais - entram no mercado de trabalho a cada ano. Enquanto principal motor da economia, o setor rural pode desempenhar um papel importante no alívio da situação do emprego. Além disso, as micro e pequenas empresas tendem a formar a espinha dorsal da economia. Em Timor-Leste, prevalecem inúmeros impedimentos ao empreendedorismo ou ao trabalho por conta própria enquanto alternativa para uma carreira sustentável por parte da juventude. Os principais impedimentos incluem aqueles relacionados com competências práticas agrícolas fracas entre os jovens, a regulamentação, os direitos de propriedade e o ainda relativamente complicado sistema de registo de negócios. Outros obstáculos principais incluem as dificuldades para que os jovens tenham acesso instituições formais de crédito (sem garantias de modo a serem elegíveis para esquemas de crédito convencionais) e desafios específicos relacionados com o género, pelos quais os esquemas de microcrédito tendem a atender apenas os homens.

### **Escassez de água**

A disponibilidade de água em termos de qualidade, quantidade e estabilidade para atividades agrícolas continua a ser um grande desafio no país. Durante a estação das chuvas, a água está abundantemente disponível nos rios e nas nascentes de água. No entanto, na estação seca, a escassez de água impede que os agricultores tenham uma segunda e/ou uma terceira colheita. À medida que a escassez de água continua a ser uma restrição na produção agrícola, é necessário praticar a uma melhor gestão das águas pluviais e da água para irrigação (construção de reservatórios).

### **Gestão de recursos naturais e alterações climáticas**

O ambiente natural no qual vive a população rural de Timor-Leste está sujeito a uma pressão severa, com terrenos de cultivo irrigados pelas chuvas que são utilizados para uma agricultura de subsistência insustentável de pequena escala e grandes áreas de "corte e queima" em declives íngremes com solos porosos inférteis. Não há praticamente nenhum retorno da matéria orgânica nos sistemas de cultivo por causa da queimada anual e da necessidade de pastorear um número crescente de gado. Este último poderia contribuir para o retorno da matéria orgânica no solo. A degradação dos solos continuará a ser ampla e destrutiva. Se não houver grandes mudanças em termos de como Timor-Leste usa e gere seus recursos naturais, os meios de subsistência rurais não serão melhorados de forma sustentável. Além disso, apesar de ser um emissor muito pequeno de gases de efeito estufa, Timor-Leste é um dos países mais vulneráveis às alterações climáticas e aos riscos associados a estas, incluindo desastres naturais.

### **Outros constrangimentos transversais ao setor**

Outros constrangimentos transversais ao setor incluem: baixa produtividade da terra, produtos da mão-de-obra e da produção; a maioria dos agricultores de subsistência são pequenos proprietários com educação formal limitada; a utilização do dólar norte-americano levou a um ambiente agrícola não competitivo; carência de, se não inexistência de mercados de fatores de produção; falta de gestão adequada relativa à utilização de máquinas e utilização reduzida de tecnologias sustentáveis apropriadas para aumentar a produtividade; pragas e doenças de culturas e animais; falta de serviços veterinários; falta

de programas de criação de animais; serviços inadequados de assistência técnica agrícola (incluindo pesquisa) e recursos humanos subutilizados em todos os subsectores; falta de uma perspectiva de género; falta de direitos de propriedade, tecnologias pós-colheita, conhecimento limitado relativo à diversificação de alimentos e preparação de alimentos e dietas saudáveis; infraestruturas inadequadas para processos de adição de valor, incluindo armazenamento, comercialização, distribuição e acesso a estradas terciárias; terreno montanhoso, fertilidade do solo; falta de serviços integrados (qualidade dos alimentos) inspeção/veterinária; organização de agricultores fraca e participação limitada do setor privado na indústria agrícola e noutras empresas; falta de informação e dados de todos os subsectores que afetam o processo de planeamento; falta de planeamento espacial para proteger as terras produtivas de serem usadas noutras outras atividades; exportação ilegal de gado para a Indonésia; orçamento do MAP limitado.

### **Lições aprendidas e oportunidades**

- ✓ **Políticas transversais conflitantes** que têm impactos negativos no desenvolvimento agrícola, como a ausência de uma política clara de importação de arroz que estimule a produção de arroz no país (por exemplo, através de um esquema de compra local);
- ✓ **A maioria dos sistemas de irrigação existentes no país não são adequadamente utilizados e geridos.** Os agricultores não têm motivação para expandir as áreas de cultivo, falta manutenção aos esquemas de irrigação existentes, a disponibilidade de água na estação seca é insuficiente para uma segunda colheita e os mercados para o arroz local são limitados. Por conseguinte, verificou-se um sucesso limitado no aumento da produção *vis-a-vis* o investimento significativo na remodelação e reconstrução das infraestruturas de irrigação.
- ✓ **A política de mecanização não respondeu às necessidades e à viabilidade económica e à falta de foco no que diz respeito à estimulação de tecnologias sustentáveis apropriadas de acordo com cada contexto específico.** O Governo introduziu a mecanização da agricultura em 2008, quando os tratores manuais foram entregues a agricultores e a associações de agricultores, enquanto que os grandes tratores com acessórios (disco, arado, rotativo) foram distribuídos a cada município. Estes últimos ainda estão sob o controlo do MAP ao nível municipal. No entanto, devido à alocação orçamental e conhecimento técnico limitados, os tratores não são devidamente mantidos. Estes esquemas e a "**mecanização agrícola falsa**" provaram ser, em termos gerais, infrutíferos. A modernização pode fazer a diferença, mas nas condições adequadas;
- ✓ **A concessão de subsídios para a produção**, a preparação gratuita de terrenos e a subsidiarização de arroz importado não aumentaram significativamente a segurança alimentar;
- ✓ Apesar de ter um dos maiores crescimentos populacionais na região, o país tem força de trabalho limitada no setor agrícola devido a rendimentos muito baixos, ao trabalho árduo e também a **atribuição de pensões e de dinheiro em troca de trabalho tem, em alguns casos**, desmotivado investimentos locais na agricultura. No entanto, há oportunidades para usar os recursos humanos inexplorados, especialmente os jovens e colocá-los na agricultura e em agronegócios;
- ✓ Apesar da importância dos sistemas de agricultura de montanha para a segurança alimentar e redução da pobreza, estes **receberam atenção inadequada do Governo de Timor-Leste**, uma vez que a maioria das políticas e ações

relacionadas com a produção de alimentos se concentraram no arroz irrigado e na mecanização, enquanto que 70% dos agricultores não tem acesso a campos de arroz. Devido aos custos muito elevados da irrigação e às suas dificuldades técnicas, as melhorias nos sistemas de abastecimento com água pluvial pode proporcionar retornos elevados do investimento do setor público e contribuir para a segurança alimentar em todo o país;

- ✓ Os **investimentos públicos** em Timor-Leste não conseguiram refletir a importância da agricultura. O investimento público em infraestruturas, pesquisa agrícola, educação e extensão é essencial para estimular o investimento privado, a produção agrícola e a conservação de recursos; Os escassos recursos financeiros do Governo devem ser alocados para apoiar o desenvolvimento agrícola sustentável em vez de medidas que se revelaram insustentáveis;
- ✓ Ênfase limitado na **diversificação** do fornecimento alimentar para aumentar o acesso a alimentos nutritivos;
- ✓ Tem havido **falta de coerência política entre** os subsectores do Ministério da Agricultura e Pescas. Uma maior coerência entre as políticas dos subsectores assegurará o desenvolvimento económico e social, além de proteger a saúde humana e o meio ambiente. Além disso, precisa de ser alinhada a coerência com outras políticas governamentais, tais como as políticas industriais e políticas de promoção de investimentos;
- ✓ A prática demonstrou, ao longo da última década, que a abordagem de pesquisa adaptativa agrícola **desenvolvida por grupos, orientada para o mercado**, e aprendizagem participativa é a mais equitativa e económica para a maior parte de atividades de extensão. Isto devia ser considerado em Timor-Leste uma vez que o país se está a voltar para uma agricultura de mercado, em combinação com a utilização de intercâmbios entre produtores/grupos, dias de campo/demonstrações em pólos de pesquisa, terrenos de grupos e dos *media*.

## Oportunidades

- ✓ Algumas histórias de sucesso estão relacionadas com tecnologias e práticas de gestão de culturas novas e melhoradas, tais como: agricultura de conservação (agricultura inteligente face ao clima), tecnologia para terrenos agrícolas inclinados; agrofloresta; "centros comunitários de pesquisa em biodiversidade"; plantio em contorno; jardins domésticos e hortas mandala; sementes melhoradas e multiplicação comunitária de sementes; plantação intercalar de leguminosas; armazenamento de sementes e bancos de sementes; sistema de intensificação do arroz; a colheita de água dá oportunidades para aumentar a segurança alimentar e a nutrição;
- ✓ Considerando que a maior parte dos sistemas agrícolas alimentados por águas pluviais se caracterizam por baixa produção e produtividade há potencial para as aumentar e boas oportunidades para extrair rendimentos aceitáveis dos investimentos em práticas agrícolas melhoradas (ex.: agricultura de conservação, gestão integrada de nutrientes das plantas e dos solos, gestão integrada de pestes e doenças e agrofloresta) e redução de perdas pós-colheita;
- ✓ Em acréscimo, a agricultura em Timor-Leste é maioritariamente orgânica e portanto há um enorme potencial para aumentar a produtividade através das práticas agroecológicas mencionadas *supra*;

- ✓ O desenvolvimento da cadeia de valor dos produtos hortícolas pode oferecer outra boa oportunidade para substituir as importações. Existe potencial para o aumento da produção, especialmente de cebolas, alho e batata em Timor-Leste. No entanto, à medida que Timor-Leste se prepara para aderir à ASEAN à OMC as opções em termos de aumento das tarifas e direitos de importação podem ser limitadas;
- ✓ A expansão do comércio/exportações (café, produtos animais (incluindo pescado), culturas industriais/produtos de nicho) contribuirá para o alívio da fome e da pobreza e requer mais atenção do Governo e do setor privado; há amplas oportunidades para aumentar a adição de valor;
- ✓ Os investimentos em reflorestação com espécies nativas e espécies de valor comercial, particularmente nas áreas afetadas e ao longo das bacias hidrográficas, podem oferecer boas oportunidades para melhorar a biodiversidade e o rendimento familiar;
- ✓ O setor florestal (latente) tem potencial para ser desenvolvido e empregar pessoas especificamente na indústria da lenha;
- ✓ A aquicultura (em terra e no mar) é um setor prioritário central para melhorar a nutrição e aumentar rendimentos.

## Política e Enquadramento Estratégico

A presente política agrícola e enquadramento estratégico revistos proporcionam um quadro político coerente para abordar os principais desafios em Timor-Leste.

O Governo reconhece que não existe uma simples "solução pela tecnologia". O Governo reorientará portanto as políticas de desenvolvimento agrícola e rural que redefinirão os incentivos e reduzirão as barreiras à transformação dos sistemas alimentares e agrícolas. Será dada especial atenção ao apoio aos pequenos agricultores de baixo rendimento no fortalecimento da sua capacidade para gerir riscos e adotar estratégias efetivas de adaptação às alterações climáticas.

Uma característica essencial desta política agrícola é uma mudança fundamental na abordagem passando de uma "solução pela tecnologia" para a adoção de uma abordagem integrada do sistema alimentar e agrícola. É crucial para alcançar a segurança alimentar e o crescimento do setor uma mudança em direção à diversificação da agricultura, com culturas alternativas, nutritivas e resilientes ao clima, com potencial para gerar rendimento, bem como a necessidade de autossuficiência em alimentos (não apenas arroz).

### Visão e Objetivos da Política

#### Visão

Em 2030 Timor-Leste terá sistemas agroalimentares nutritivos, resilientes ao clima, economicamente viáveis e sustentáveis, que contribuirão para a erradicação da fome e de todas as formas de malnutrição.

#### Objetivos da Política

Assentes nas lições aprendidas desde 2004, os objetivos da política foram adaptados e atualizados para se adequarem às novas realidades do país. Foi adicionado um novo objetivo político (desenvolvimento institucional). Os objetivos da política estão totalmente

alinhados com - e pretendem contribuir para - os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

ODS 1: Erradicar a pobreza; ODS 2: Erradicar a fome e melhorar a nutrição (o Primeiro-Ministro anunciou ODS 2 como uma prioridade central); ODS 3: saúde e bem-estar; ODS 5: igualdade de género; ODS 8: Emprego e crescimento económico e ODS 15: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação e interromper e reverter a degradação dos solos e a perda de biodiversidade.

### **Os objetivos políticos são:**

1. A melhoria da disponibilidade e acesso a alimentos nutritivos, diversificados e seguros e segurança alimentar para a população rural;
2. O aumento das ligações entre os agricultores e as oportunidades de mercado através do desenvolvimento da cadeia de valor, bem como a melhoria da participação das comunidades e do setor privado;
3. O aumento do rendimento rural e do emprego decente, especialmente para os jovens e mulheres;
4. A obtenção de rendimento resultante da exportação de mercadorias e através da substituição de importações;
5. A gestão sustentável e utilização dos recursos naturais, incluindo os solos, as florestas, as áreas costeiras e marinhas e a biodiversidade, de modo a fornecer benefícios ecológicos, sociais e económicos para o povo timorense;
6. A melhoria do desenvolvimento institucional do setor agrícola para criar um ambiente propício e serviços de suporte.

### **Princípios orientadores**

A política agrícola geral revista baseia-se nos seguintes **princípios orientadores**, alguns dos quais derivam de documentos políticos e planos estratégicos anteriores, enquanto outros elementos foram adicionados com base nas lições aprendidas desde 2004.

1. **Alimentação enquanto direito humano** (Soberania alimentar): focar os instrumentos políticos para o desenvolvimento agrícola na responsabilidade social em matéria de segurança alimentar, segurança social e equidade em Timor-Leste; e compelir o Governo a reconhecer, proteger e cumprir o grau mínimo irredutível do direito à alimentação, garantindo que as pessoas estão livres de fome e malnutrição;
2. **A agricultura como chave** para o crescimento e a segurança económica a longo prazo: focar os instrumentos políticos para garantir que a comercialização da agricultura inclui tecnologias, serviços financeiros, cadeias de fornecimento de produtos e ligações de mercado que envolvam diretamente agricultores rurais pobres porque o crescimento económico rural desempenhará um papel crítico na criação bem sucedida de emprego no país, diversidade económica, segurança reforçada e crescimento económico sustentável.
3. **Agricultura sensível à nutrição**: focar os instrumentos políticos na abordagem das questões de atraso no crescimento, peso baixo para a idade e para a altura e outras manifestações de fome e malnutrição, com especial referência aos grupos vulneráveis, que incluem crianças menores de 5 anos, mães a amamentar e

pessoas com doenças crônicas e deficiências. Isto requer uma abordagem multissetorial.

4. **Ponderar as alterações climáticas, a resiliência e a sustentabilidade ambiental:** focar os instrumentos políticos na sustentabilidade do uso dos recursos naturais (terra e solo, água e ecossistemas) com a geração futura em mente, ao mesmo tempo que se aumenta a produção agrícola, o *marketing* e outras atividades humanas no setor agrícola.
5. **Abordagem de sistema alimentar:** focar os instrumentos políticos no desenvolvimento das empresas agrícolas nos patamares sucessivos das cadeias de valor de mercadorias para todos os subsectores desde o fornecimento da matéria-prima, produção, armazenamento, processamento, comercialização e consumo, gestão de resíduos e estimulação da oferta procura de produtos agrícolas através da ligação de produtores e comerciantes.
6. **Agricultura como uma "empresa":** focar os instrumentos políticos num compromisso liderado pelo setor privado facilitado pelo Governo, como o principal motor de crescimento do setor. Este princípio essencial foi estabelecido na Política Agrícola de 2004 e continuará a ser um importante princípio no desenho das políticas agrícolas de Timor-Leste no futuro. No entanto, deve entender-se que alguns serviços (incluindo a extensão) poderão continuar, num futuro próximo, a ser prestados pelo setor público.
7. Uma abordagem sistémica de delimitação de **zonas agroecológicas científicas** para identificar diferentes regiões do país como as mais adequadas e rentáveis para culturas específicas e padrões de cultivo e produção pecuária do ponto de vista económico.
8. **Igualdade de género, participação e inclusão** - Capacitar as mulheres em igualdade de condições com os homens para concretizar o seu potencial enquanto parceiras fundamentais na melhoria da segurança e nutrição alimentar, bem como no desenvolvimento económico e na diversificação. Isto requer uma análise de género de todos os tópicos da política agrícola. Focar os instrumentos em medidas para maximizar a participação plena de todas as partes interessadas, incluindo associações de agricultores, mulheres agricultoras, jovens, pessoas marginalizadas, setor privado, parceiros de desenvolvimento e ONG's.
9. **Integridade da política:** focar os instrumentos políticos em medidas para sanear o ambiente de negócios para a agricultura, em termos de responsabilidade, transparência e garantias jurídicas, garantindo a alocação eficiente e o uso de recursos/financiamento público para fortalecer a agricultura como um motor central para o desenvolvimento.
10. **Coerência da política:** focar os instrumentos políticos na coerência entre as direções do MAP e com outros setores relevantes da economia, como o ambiente, as obras públicas, a energia e a água. Como tal, a definição de políticas e as decisões de investimento devem basear-se nos melhores dados científicos disponíveis.
11. **Comércio justo:** focar os instrumentos de política para garantir que os agricultores obtêm preços justos e reconhecimento pelos seus produtos e esforços, e estão livres de manipulação do mercado.

## Metas e indicadores principais

As metas e os indicadores precisam de ser medidos. Atualmente, existe uma estrutura básica para o sistema de M&A a nível setorial para cada Ministério. Deve ser feito um esforço para ter em Timor-Leste um sistema integrado de gestão de informação para um melhor mecanismo de tomada de decisões relativas a investimentos fundado em evidências. Consequentemente serão formulados grandes objetivos nacionais mensuráveis e precisará de ser configurado um sistema de M&A. As metas específicas e os indicadores do subsector serão desenvolvidos assim que um M&A estiver estabelecido. Para apoiar a implementação, o orçamento do MAP aumentará gradualmente de 1,7% em 2017 para 10% do orçamento anual do Estado até 2030.

Até 2030, espera-se que todas as políticas, estratégias e medidas resultem ou contribuam para o seguinte:

- ✓ Segurança alimentar e nutricional para a maioria das famílias, com pelo menos 75% da população com segurança alimentar. Indicador: número de pessoas subnutridas (desagregadas por género). (Base de referência: 50,2%);
- ✓ O número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza é reduzido em menos de 25%. (Taxa de pobreza inicial: 46,8% em 2017);
- ✓ Diminuição do atraso de crescimento das crianças abaixo de cinco anos para menos de 30%, das subnutridas para menos de 20% e das magras para a altura para de menos de 8%. (Base de referência: 50% para atraso de crescimento, 27% para subnutridas e 11% para as crianças magras para a altura);
- ✓ A contribuição global da agricultura para o PIB não petrolífero aumenta dos atuais 20% (Base de referência) para 25%;
- ✓ Pelo menos 70% da procura de arroz é produzida localmente e os restante importado do exterior. (Base de referência estimada: 40%);
- ✓ O consumo médio de peixe local aumenta de 6 kg *per capita* para 15 kg *per capita*;
- ✓ O gado aumenta de 350 mil ruminantes (bovinos, búfalos, cabras e ovelhas) para 455,000 ruminantes (aumento de 30%);
- ✓ Os recursos naturais são utilizados e geridos de forma sustentável para que seus valores sociais, económicos e ecológicos sejam preservados e mantidos para benefício da geração de timorenses presente e futura. Indicador: Cobertura florestal (Base de referência) 46,1% até 50%.

## Principais políticas e intervenções estratégicas essenciais

As seguintes políticas e estratégias precisam de ser abordadas para assegurar o crescimento acelerado do setor agrícola.

### Reforma fundiária

A reforma fundiária é a base para o aumento da segurança alimentar, para os investimentos nos subsectores e para a gestão sustentável dos recursos naturais. A questão da posse da terra em Timor-Leste é muito complicada devido à história do País e à governança consuetudinária. A lei de terras e propriedades recentemente aprovada tentou acomodar várias reclamações de propriedade da terra com o objetivo de estabelecer "os verdadeiros" proprietários. No entanto, não há disposições na lei relacionadas com a reforma fundiária. As diversas práticas e tradições culturais de Timor-Leste continuarão a orientar o governo

na promoção do acesso pelas comunidades e do direito a terras comunais e recursos naturais conexos. Os esforços para modernizar o sistema de administração da terra incluem essas práticas, assegurando a inclusão social e a sustentabilidade consagradas na Constituição. Antes de desenvolver políticas, planos ou programas de investimento, o Governo consultará as comunidades e compreenderá as suas práticas, necessidades e interesses atuais em relação à terra, água, florestas e pastagens e sua a gestão. A vontade política, a comunicação inequívoca e aberta, a participação, o planeamento cuidadoso, a confiança e a implementação diligente são necessários para assegurar o uso efetivo e equitativo dos recursos comunitários. Os direitos existentes sobre o solo, água, florestas e pastagens, consagrados na lei e costumeiros, são o ponto de partida crítico dos programas de desenvolvimento ou das propostas de investimento para decidir quem deve estar envolvido e em que fase.

### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ Será estabelecido um "mecanismo de arrendamento de terrenos" para permitir que as pessoas que desejam ser agricultores tenham acesso e controlo sobre as terras. Inicialmente, pode ser estabelecido um projeto piloto segundo o qual o governo arrenda, de forma transparente, propriedades a pessoas interessadas em agricultura;”
- ✓ A governança das terras e propriedades a nível central e descentralizado (município e suco) será reforçada através do fortalecimento das instituições;
- ✓ Os Conselhos de Gestão de Bacias Hidrográficas relevantes serão apoiados para preparar e monitorizar "os planos de desenvolvimento agrícola na bacia hidrográfica" que identifiquem áreas com bom potencial de produção e comercialização, levando em consideração as infraestruturas locais e a proteção ambiental;
- ✓ Os Conselhos de Suco serão apoiados na elaboração de planos participativos de uso do solo (que incorporem planos de gestão de desastres pelas comunidades), de regulamentos do suco e de regras de *tara bandu* que regulem esses planos;
- ✓ O Governo estimulará ainda mais o mapeamento de terrenos e o planeamento do uso do solo para determinar o uso adequado para silvicultura, pecuária, aquicultura, agricultura e urbanização. Sem isto, as pessoas ainda podem usar terrenos agrícolas para atividades como construção de casas ou arrendamento para plantações.

### **Gestão Sustentável de Recursos Naturais**

Por natureza, a agricultura é a principal utilizadora dos recursos e da biodiversidade. Assim, a conservação de recursos e o desenvolvimento da sustentabilidade agrícola são uma consideração explícita. O objetivo do Governo é usar esses recursos de forma sustentável ao reconhecer sistemas de gestão tradicionais (*Tara Bandu*) entre outros.

A reflorestação e a restauração dos solos degradados são mais importantes para a formação de novos recursos florestais e para a reabilitação de florestas degradadas. As florestas plantadas e regeneradas contribuem de forma positiva, económica, ambiental e socialmente, para a gestão sustentável das florestas e para ajudar a alcançar a segurança alimentar. As florestas desempenham um papel crítico na manutenção da saúde do meio ambiente, conservando a diversidade biológica, mantendo os recursos hídricos limpos, fornecendo lenha e ajudando a mitigar as alterações climáticas.

A extensão e a gravidade da degradação das florestas impedem a produção significativa de madeira para construção que é necessária para uma economia em crescimento. O país não é autossuficiente em madeira e depende da importação para construção e outros fins. Enquanto parte importante da nova política florestal (2017), um objetivo específico no âmbito da arborização será produzir 50% das necessidades nacionais de madeira para construção de edifícios, fabricação de móveis e outros usos em plantações florestais cultivadas localmente e através de programas florestais comunitários e agroflorestais até 2050.

Existe uma preocupação especial com o declínio dos recursos de sândalo e as implicações derivadas da perda de diversidade genética desta espécie valiosa. O sândalo é explorado em Timor há mais de 1000 anos e, de todos os produtos florestais de Timor-Leste, é o que pode oferecer a melhor perspectivas para uma atividade florestal lucrativa.

### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ Será desenvolvido um plano efetivamente participativo de utilização dos solos (utilizando sistemas SIG);
- ✓ Serão estimulados novos investimentos que levem a uma maior autossuficiência no fornecimento de madeira para fins de construção e para a produção de espécies de maior valor para fabricação de móveis e artesanato de modo a aumentar a geração de rendimentos;
- ✓ O corte ilegal será repreendido e as regras e regulamentos serão aplicados através do apoio a guardas florestais;
- ✓ Serão realizados estudos para apurar como e em que condições ecológicas a lenha, o sândalo e a sequóia podem ser estabelecidos como culturas florestais ou agroflorestais e estabelecidos acordos de comercialização que maximizem o rendimento dos indivíduos e da Nação;
- ✓ O fornecimento de informações precisas sobre o mercado será melhorado bem como os inventários e o apoio à pesquisa;
- ✓ Será adotada uma abordagem de gestão integrada das bacias hidrográficas pelas comunidades, de modo a melhorar a capacitação e a participação da comunidade;
- ✓ A conservação do património nacional e cultural será promovida com foco em áreas protegidas através de uma maior colaboração com outros Ministérios;
- ✓ Será definido um enquadramento jurídico adequado para a gestão sustentável dos recursos marinhos de modo a desenvolver a monitorização, controlo e vigilância económicos;
- ✓ O Governo promoverá a cooperação dos parceiros regionais para melhorar a gestão conjunta e conservação do meio marinho e da sua ecologia, incluindo a proteção da zona económica exclusiva de Timor-Leste e incentivará investimentos nacionais e estrangeiros que ofereçam benefícios tangíveis ao país e que garantam o domínio local dos recursos marinhos costeiros;
- ✓ O Governo irá introduzir um esquema de licenças para a redução da pesca insustentável em grande escala, a favor do apoio aos pescadores locais e tradicionais;
- ✓ O Governo realizará um estudo de viabilidade para facilitar o estabelecimento da indústria da pesca na costa sul, incluindo o estabelecimento de áreas marinhas protegidas na costa norte.

## **Diversificação**

O Governo de Timor-Leste reconhece a importância de reduzir o risco de excesso de confiança em algumas das principais culturas básicas, especialmente o arroz, e está, portanto, a abraçar uma abordagem à agricultura sensível à nutrição com o objetivo de melhorar a disponibilidade, diversidade e confiabilidade do fornecimento de alimentos nutritivos durante todo o ano.

Geralmente, há uma percepção do arroz como um alimento da classe alta, que significa modernidade e juntamente com o uso de arroz branco através de assistência humanitária e intervenções de mercado, muitas pessoas são agora totalmente dependentes do arroz branco. O objetivo geral é melhorar a disponibilidade de alimentos nutritivos variados, através da diversificação da produção agrícola para melhorar o estado de saúde nutricional e reduzir a malnutrição. O foco será em variedades adaptadas localmente, ricas em micronutrientes e proteínas, com o aumento dos alimentos provenientes de fontes hortícolas, animais (incluindo criação de peixes em pequena escala/agricultura doméstica integrada) e de cultivo de alimentos nativos subutilizados bem como plantas. Essas abordagens transformarão as dietas locais de volta em dietas diversificadas e equilibradas.

### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ Será enfatizada a identificação, priorização e integração de culturas nutricionais valiosas no sistema de cultivo, tais como leguminosas (p. ex. feijão mungo) e a estimulação de outras culturas, como soja, amendoim, cebola, batata e árvores frutíferas, painço localmente apropriado ou outros (tradicionais, subutilizados). Será considerado inicialmente o aprovisionamento garantido uma vez que isto encorajaria os agricultores a aumentar a produção e a subsidiar o consumo dessas culturas por grupos de rendimentos baixos (mulheres e crianças);
- ✓ A disponibilidade e o acesso a alimentos provenientes de fontes animais pelas famílias e o desenvolvimento de hortas e tanques de peixe familiares serão aumentados e apoiados e serão exploradas novas tecnologias para reduzir a carga de trabalho das mulheres;
- ✓ Serão identificadas e promovidas as complementaridades da “Alimentação Inteligente do Futuro”<sup>2</sup>, ou seja, de espécies negligenciadas e subutilizadas (ENS) que são ricas em nutrientes e resilientes com alto potencial económico e disponibilidade local juntamente com as culturas básicas existentes.

### **Produção e Produtividade: Agricultura Inteligente Face ao Clima (AIC)**

Serão alcançadas melhorias significativas na produção e produtividade e na resiliência às alterações climáticas através do incentivo às práticas agrícolas inteligentes face ao clima e à intensificação sustentável dos sistemas de produção. A adoção alargada de práticas como a gestão integrada de culturas, plantio direto e a gestão integrada da fertilidade do solo aumentarão a produtividade e os rendimentos dos agricultores. Além disso, o objetivo do Governo de Timor-Leste, que é ver os agricultores progredirem da agricultura de subsistência para a agricultura orientada para o mercado, será alcançado através da promoção da sustentabilidade dos sistemas agrícolas por novas e melhores tecnologias e

---

<sup>2</sup> Iniciativa Regional da FAO sobre Fome Zero: *Policy brief on Agricultural Diversification for a Healthy Diet. Future Smart Food: Unlocking Hidden Treasures in Asia and the Pacific*

práticas de AIC que incorporam práticas sustentáveis de gestão dos recursos naturais. Exemplos bem-sucedidos em Timor-Leste estão na caixa 1.

**Exemplos de tecnologias e práticas AIC novas e melhoradas aplicáveis a Timor-Leste:** agro-floresta; agricultura de conservação; variedades de culturas tolerantes ao calor, seca e vento; criação de peixes em pequena escala (integrada com horticultura irrigada e arroz; agricultura familiar integrada, gestão integrada de pragas e doenças; gestão integrada de fertilidade do solo e de nutrientes, permacultura, gestão do ordenamento das pastagens pelas comunidades, reflorestamento e proteção de áreas de captação/fontes de água pelas comunidades; fontes de energia renováveis; sistemas de gestão agrícolas comunitários para a conservação dos solos e água/recolha de água e fornecimento de irrigação eficiente; alimentação do gado em estábulos/zero pastoreio; gestão comunitária sustentável de pesca; sistema para intensificação de arroz; gestão pós-colheita e parcerias público-privadas-comunitárias para o desenvolvimento inclusivo e eficiente da cadeia de valor.

#### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ Irrigação: o Governo procurará uma mudança fundamental na política, designadamente, através da colocação de menos ênfase no investimento em novos grandes esquemas de irrigação para a produção de arroz, para uma abordagem diversificada do sistema alimentar, ao mesmo tempo que maximiza a utilização das infraestruturas de irrigação existentes para estimular a agricultura sustentável no país. Em acréscimo, deve ser dado mais ênfase ao desenvolvimento de esquemas de irrigação de pequena e média escala que podem ser utilizados para a produção de horticultura, fruticultura e aquícultura;
- ✓ O Governo eliminará gradualmente a oferta de subsídios agrícolas insustentáveis aos produtores de arroz, para sementes, fertilizantes, pesticidas e irrigação, muitos dos quais prejudicaram os recursos naturais de Timor-Leste, especialmente no que diz respeito à salubridade do solo, segurança alimentar/resíduos de pesticidas e recursos hídricos decrescentes, todos os quais serão atenuados através da AIC e GRN aprimoradas. Isto pode ser alcançado sem pôr em perigo o objetivo nacional de segurança alimentar, com a garantia de que as necessidades especiais e os grupos vulneráveis são apoiados e com uma clara compreensão da necessidade de estimular cada vez mais o envolvimento do setor privado no desenvolvimento agrícola;
- ✓ O Governo fornecerá crédito aos agricultores com taxa de juros zero, em substituição dos subsídios, complementado por formação adequada em gestão e monitorização e, ao mesmo tempo, estimulará fornecedores financeiros comercialmente sustentáveis a atender o setor agrícola para que os subsídios do Governo possam ser reduzidos;
- ✓ A melhoria da fertilidade do solo e a restauração dos solos degradados através da adoção de tecnologias e práticas de AIC, como a agricultura de conservação, agro-silvicultura, conservação do solo e da água e coleta de água guiarão a melhoria da produção de culturas. Uma vez que uma grande proporção de agricultores não tem acesso as terrenos irrigados, será dada maior atenção à melhoria dos sistemas de produção de alimentos com águas pluviais, em particular em planícies abandonadas ao longo da costa sul e em planaltos degradados;
- ✓ Será oferecido apoio à criação de um banco nacional de sementes. Os sistemas de poupança de sementes serão estimulados através de parcerias público-privado-

comunitárias, incluindo a produção, certificação de qualidade e comercialização de sementes;

- ✓ A produção e gestão da pecuária serão melhoradas através do desenvolvimento de sistemas de alimentação em estábulo/ pastagem zero (quando apropriado), processamento de forragens, desenvolvimento de cadeias de frio, comercialização e fortalecimento dos serviços de saúde animal, incluindo programas de vacinação. Isto incluirá uma rede de vigilância efetiva de veterinários públicos e privados e para-veterinários/técnicos de saúde animal da comunidade), relatórios e controle de doenças animais transfronteiriças e apoio a instalações de quarentena e de inspeção de animais/carne (através de parcerias público-privado-comunitárias) tanto para processamento doméstico e comercialização e comércio de produtos de origem animal;
- ✓ A pesca e a aquicultura sustentáveis serão promovidas através de pescarias de captura marinha e gestão de culturas marinhas, desenvolvimento de tanques de peixe de água salobra e água doce, processamento de produtos através de sistemas de cadeia de frio, ligando os produtores aos mercados. A criação de parcerias eficazes entre o Governo, os produtores de peixe, de algas marinhas e as comunidades de pescadores, as ONG, os parceiros de desenvolvimento e o sector privado, que serão os principais parceiros;
- ✓ A disponibilidade de água será melhorada através de técnicas de AIC, tais como pequenas instalações de água e colheita de águas pluviais, incluindo técnicas e instrumentos simples que sejam adequados para homens e mulheres. Também é importante realizar um estudo de viabilidade para construção de barragens para garantir a disponibilidade e estabilidade da água para atividades agrícolas;
- ✓ No contexto das alterações climáticas, o MAP estudará como o poderá o Ministério contribuir para os esforços de Redução do Risco de Desastres (RRD) no país;
- ✓ Os recursos naturais (florestas e produtos de madeira e marinhos) serão geridos de forma sustentável através da implementação da política florestal (2017) e do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura (2012-2030), bem como a Política para os Oceanos (2017).

## **Tecnologias agrícolas**

### Mecanização

Desde 2006, o MAP e outros Ministérios forneceram a grupos de agricultores (cooperativas) e a agricultores selecionados, principalmente nas áreas produtoras de arroz, tratores de duas rodas, enquanto que os grandes tratores com acessórios permanecem sob o controlo do Governo para utilização gratuita. Até 2016, o governo distribuiu 292 tratores de grande e médio porte, dos quais 83 estão em condições irreparáveis. O Governo deu mais destaque à distribuição de tratores de médio e grande porte nas áreas onde se localiza o novo sistema de irrigação para a abertura de terrenos e cultivo de arroz. Estes tratores foram fornecidos com acessórios limitados como arados de disco, rotativos, nivelador e cortador. Embora o Governo tenha distribuído um número significativo de tratores e acessórios para fornecer serviços gratuitos aos agricultores, devido à falta de conhecimento e formação adequada para operadores e em mecânica, essas máquinas estão em condições exauridas. O principal fracasso do uso sustentável desses tratores deve-se à limitação das suas áreas operacionais e ao facto de visarem principalmente a produção de arroz. Outros fatores que contribuem para a subutilização deste regime são o abastecimento de combustível não

confiável, a indisponibilidade de peças sobressalentes no mercado interno e, acima de tudo, falta de sensação de posse por parte dos agricultores. Além disso, a configuração geográfica desafiadora do país também contribuiu para a subutilização de tratores em algumas áreas.

O Governo compreende que a mecanização abrange todos os níveis das tecnologias agrícolas, de pós-colheita e de transformação, desde ferramentas manuais simples e básicas até a equipamentos mais sofisticados e motorizados, e que níveis crescentes de mecanização não significam necessariamente grandes investimentos em tratores e outras máquinas. Tendo em conta a falta de utilização de energia (eletricidade e combustível fóssil) nas áreas rurais, as ferramentas de mão simples, como semeador manual, descascador de milho manual, etc. devem ser promovidas. A paisagem diversificada do país, composta por planícies nas zonas costeiras do norte e do sul, enquanto que as áreas montanhosas no meio do país dificultam a utilização de grandes máquinas (tratores) em todo o país. Por conseguinte, o nível adequado de mecanização (por exemplo, costa norte e sul – há potencial para tratores de 4 rodas de tamanho médio para abertura do solo seguido de tratores de 2 rodas (arados motorizados) com acessórios apropriados para preparação de terrenos; região montanhosa - equipamentos de pequeno porte e máquinas, tais como ferramentas manuais, semeadoras manuais, mini-arados, etc.) adequada para zonas agroecológicas específicas e a culturas/pecuária/pesca diversificadas atenderá aos agricultores de forma eficaz e eficiente. Facilitará e reduzirá o trabalho árduo, especialmente para as mulheres, aliviará a escassez de mão-de-obra, melhorará a produtividade e a pontualidade das operações agrícolas, melhorará o uso eficiente dos recursos, aumentará o acesso ao mercado, contribuirá para mitigar os riscos relacionados com o clima e criará oportunidades de emprego para jovens rurais. A coordenação entre os diferentes Ministérios e setores para permitir políticas favoráveis à mecanização agrícola é importante para implementar essas estratégias.

#### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ Os grandes tratores existentes não só serão usados para abrir novos terrenos para a produção de arroz nos regimes de irrigação recém-estabelecidos, mas também serão utilizados de forma polivalente e o Governo evitará a política "um serve para tudo" no que diz respeito à mecanização e dará mais ênfase à abordagem da "reserva de arroz"<sup>3</sup>;
- ✓ Será ainda mais estimulada a utilização de acessórios adequados para tratores de 4 rodas, não apenas apropriados para cultivo de arroz, mas também para outras culturas como milho, soja, leguminosas, incluindo culturas negligenciadas e subutilizadas cultivadas no país (semeador direto, reboque etc.);
- ✓ O Governo promoverá uma mecanização agrícola sustentável apropriada às condições económicas e geográficas do país numa perspetiva de otimização da utilização para aumentar a produtividade;
- ✓ O Governo promoverá e disponibilizará máquinas e equipamentos de processamento pós-produção apropriados para a comunidade adaptadas ao mercado (máquinas de colheita, máquinas de colheita pequenas, debulhadoras, moinhos, etc.) para culturas selecionadas, frutas e vegetais cultivados no país;

---

<sup>3</sup> Do inglês "rice bowl". (Nota da T.)

- ✓ O Governo promoverá o uso sustentável da mecanização agrícola em toda a cadeia agroalimentar, desde a preparação da terra e da criação de culturas agrícolas/animais cobrindo a colheita até o manuseio e processamento pós-colheita (máquinas de colheita de arroz, máquinas de colheita pequenas, debulhadora, armazenamento, empacotamento e distribuição);
- ✓ O modelo de negócios de parcerias público-privado-comunitárias liderará a gestão da utilização de máquinas agrícolas. No entanto, devido aos custos do investimento inicial serem elevados, o investimento público no setor deve ser iniciado pelo Governo, mais tarde pode ser privatizado ou gerido por meio de parcerias;
- ✓ Serão desenvolvidas parcerias públicas, privadas e comunitárias para promover a mecanização agrícola e os serviços de equipamentos, incluindo peças sobressalentes e acesso ao mercado por parte dos agricultores, bem como para a gestão do centro de serviços de mecanização semi-autónomo, operado pelo setor privado sob a supervisão do Governo. (Ex: agricultura por contrato, esquemas de contratação personalizados);
- ✓ O setor privado terá o enquadramento fiscal/tarifário apropriado para a importação das matérias-primas necessárias de modo a incentivar a importação de máquinas agrícolas para que os agricultores possam adquirir máquinas no mercado de acordo com sua escolha e conveniência. Espera-se que isso mantenha os preços das máquinas dentro da capacidade de compra dos agricultores;
- ✓ O Governo identificará, preservará e desenvolverá os modos locais de agricultura existentes, incluindo o sistema cooperativo que contribua para as indústrias de agroturismo;
- ✓ O Governo promoverá as mulheres e a agricultura e mecanização agrícola sustentáveis e favoráveis ao meio ambiente;
- ✓ O Governo criará um ambiente favorável para capacitar os jovens e os novos graduados da Escola Técnica Agrícola no setor de mecanização agrícola;
- ✓ Capacitação dos extensionistas, mecânicos, operadores, oficinas locais e agricultores em operação, reparação e manutenção da mecanização agrícola. Procurar-se-á dar formação ou desenvolver a capacidade dos agricultores, especialmente em: utilização de tratores, transplantação, mecanização para sementeira de milho, rotativa e sacho.

### **Tecnologias de pós-colheita e gestão**

As perdas pós-colheita elevadas são um grande problema em Timor-Leste. No caso do arroz, a maioria das perdas ocorre durante a debulha e a descasca e frequentemente excedem 30%, ou seja, cerca de 5% é perdido durante a colheita e 25% quando armazenado. Os fatores que contribuem para grandes perdas de milho incluem perdas no armazenamento entre 25 e 30% - com perdas reduzidas para 15% quando o grão foi armazenado em silos e tambores metálicos herméticos. Também foram relatadas perdas entre 20 e 25% em grãos e a secagem foi destacada como o principal problema. As perdas pós-colheita de frutas e vegetais estão em 30%, atingindo até 35% em bananas, mangas e tomates.

Em Timor-Leste, os agricultores dependem de uma variedade de ferramentas, técnicas e estruturas para a colheita, manuseio e armazenamento. Tradicionalmente, os agricultores armazenam espigas de milho em galhos de árvores ou em grandes pedaços de madeira na exploração agrícola ou perto da casa e na cozinha (acima do local onde se cozinha),

expondo-as aos caprichos do clima e ao ataque de pragas e roedores. Muitos agricultores estão agora a recorrer a silos e tambores de metal através de programas subsidiados apoiados pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a FAO e as ONG internacionais.

Em sinergia com as estratégias de mecanização, aplica-se o seguinte para a pós-colheita:

#### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ Serão introduzidas estratégias adequadas de gestão pós-colheita e tecnologias e práticas de limpeza, descascamento, secagem, moagem, transformação e empacotamento por grupos;
- ✓ A capacidade de armazenamento será melhorada através da introdução de novas instalações de armazenamento e do apoio a soluções do mercado para sistemas de armazenamento fabricados localmente (por exemplo, silos metálicos fabricados por ferreiros locais);
- ✓ Serão desenvolvidas tecnologias de armazenamento adequadas às mulheres para fácil utilização e gestão;
- ✓ A importação de ferramentas e equipamentos pós-colheita será estimulada através do fornecimento ao setor privado das condições fiscais/aduaneiras adequadas à importação desses equipamentos. Espera-se que isso mantenha os preços dentro da capacidade de compra dos agricultores;
- ✓ As tecnologias de processamento e empacotamento serão introduzidas e/ou melhoradas para todos os produtos agrícolas e, quando necessário, serão montadas instalações de armazenamento em cadeia de frio para reduzir a perda e desperdício de alimentos e controlar a sua qualidade;
- ✓ Será montado um sistema de classificação nacional para melhorar a qualidade do setor cafeeiro.

#### **Ligar os agricultores ao mercado: da subsistência para a orientação para o mercado**

##### **Desenvolvimento da cadeia de valor**

O desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis oferece saídas da pobreza importantes para o povo de Timor-Leste e é um dos principais objetivos do Governo, nomeadamente, ligar os agricultores aos mercados: da agricultura de subsistência à orientada para o mercado. A coordenação da cadeia de abastecimento é a maior restrição à comercialização da produção agrícola. Não existe uma coordenação horizontal entre os pequenos agricultores para agregar volumes de produtos para atrair compradores à exploração agrícola, resultando em altos custos de transporte e venda especulativa nos dias do mercado local. Existe uma certa coordenação vertical entre agricultores e comerciantes, especialmente na horticultura, no entanto, esta precisa ser melhorada e expandida para outras mercadorias. Os agricultores vendem pequenas quantidades de produtos de forma *ad-hoc* para obter dinheiro, o que resulta em preços baixos e em comerciantes que recebem quantidades desconhecidas de má qualidade. Estes múltiplos desafios devem ser abordados simultaneamente, a fim de quebrar verdadeiramente os ciclos de pobreza. Isto implica a necessidade de colaboração entre as várias partes interessadas na cadeia de valor, incluindo agricultores, agronegócios, Governos e a sociedade civil. Completando o

desafio, as melhorias na cadeia de valor devem ser económica, social e ambientalmente sustentáveis.

### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ O acesso à informação de mercado será reforçado através da facilitação do estabelecimento de um sistema nacional de informação agrícola que forneça acesso simples à informação sobre mercados, regulamentos, preços (ferramentas de comunicação modernas, como telemóveis, recolha de dados pelo mercado electrónico e sistemas de gestão de informação para fortalecer as informações sobre oferta e procura e preços de atacado atuais), para tomada de decisões informadas;
- ✓ O Governo revisitará o mecanismo de apoio aos preços do arroz importado, com o objetivo de incentivar os produtores e os comerciantes a responder aos sinais do mercado através da introdução de uma cota de importação;
- ✓ As análises da cadeia de valor de produtos agrícolas preferenciais, como o côco, óleo de palma, noz-molucana, árvores frutíferas, baunilha e especiarias, arroz vermelho, legumes, carne bovina, carne de porco, galinhas, produtos de peixe serão levadas a cabo e serão realizados estudos de viabilidade de criação de grupos de *marketing* de produtores;
- ✓ O Governo e os parceiros prepararão planos de desenvolvimento de negócios negociáveis para as cadeias de valor que se revelem financeiramente e economicamente viáveis;
- ✓ O desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura contratada e dos grupos de produtores serão melhorados (grupos de *marketing*) e serão ligados aos serviços governamentais relevantes (por exemplo, a Direção Nacional de Agricultura Comercial do MAP e o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente), câmaras de comércio, organizações de crédito/bancos comerciais, fornecedores de produtos agrícolas e comerciantes do setor privado, agro-processadores, atacadistas e exportadores;
- ✓ O controlo de qualidade das culturas, pecuária, pesca, produtos florestais será melhorado;
- ✓ O Governo promoverá o estabelecimento de um programa comercial de alimentação animal e criação de gado através do estabelecimento de cooperativas e campanhas nacionais sobre cuidados básicos de saúde animal;
- ✓ Os centros de coleta, as infraestruturas/estradas de acesso aos mercados serão desenvolvidos;
- ✓ Serão criadas equipas de apoio ao mercado de exportação para trabalhar com outras agências-chave e parceiros de desenvolvimento, de modo a orientar e apoiar o setor pecuário (carne) e cafeeiro para aumentar o acesso a mercados selecionados e substituir a importação (ex.: Portugal café orgânico, carne Indonésia), deve ser dada especial atenção às questões de biossegurança como parte de qualquer esforço de exportação de carne;
- ✓ As exportações agrícolas e o acesso aos mercados locais (culturas industriais como café ou produtos pecuários) e o desenvolvimento de nichos de mercado (ex.: baunilha, especiarias, noz-molucana, óleo de palma) serão promovidos;
- ✓ O Governo iniciará o centro de processamento e empacotamento de produtos agrícolas de modo a fornecer valor acrescentado aos produtos dos agricultores e gerar mais rendimento para estes, bem como garantir a estabilidade da oferta aos mercados.

## **Emprego rural (foco na juventude rural)**

No futuro próximo, a agricultura continuará a ser a principal fonte de emprego e rendimento para a maioria da população. Cerca de 15000 jovens terminam a escola todos os anos e buscam oportunidades de emprego. Portanto, o investimento em agro-indústrias e indústrias relacionadas oferece empregos a essas pessoas e contribui para aumentar a contribuição agrícola para o PIB. Devem ser feitos todos os esforços para transformar a agricultura num negócio lucrativo. De modo a reter a juventude nas áreas rurais, serão seguidas as seguintes estratégias:

### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ A formação vocacional em tecnologia, gestão de pequenas empresas e de explorações agrícolas, agronegócios, *marketing* e gestão financeira será fortalecida para complementar as novas direções que estão a ser introduzidas nos estudos superiores em agricultura ao nível universitário;
- ✓ O Governo irá investir e subsidiar pequenas empresas emergentes na área da agricultura (incluindo, por exemplo, carpintarias) ao longo da cadeia de valor;
- ✓ Serão desenvolvidas abordagens inovadoras e testadas em campo: ex. escolas para agricultores juniores e escolas ao longo da vida;
- ✓ Será prestado apoio aos jovens para o estabelecimento de tanques de peixes (e cultivo de arroz/piscicultura) usando uma abordagem de mercado.

### **Participação do setor privado e parcerias público-privadas-comunitárias**

O objetivo político de aumentar as ligações entre os agricultores e o mercado, através do desenvolvimento da cadeia de valor (em todos os subsectores), exige uma melhor participação do setor privado. Isso implica o desenvolvimento e manutenção de um ambiente de negócios fundado no setor privado. É igualmente importante que as comunidades rurais sejam encorajadas ao longo do tempo a adquirir os conhecimentos, competências, experiência e confiança para participar com sucesso no mercado. O principal papel do Governo será fornecer o melhor ambiente possível para o desenvolvimento do setor privado e para as parcerias com as comunidades. As ONGs devem fornecer redes, serviços e funcionários que muitas vezes são capazes de facilitar processos sociais complexos e o Governo proporcionará mecanismos de legitimidade e coordenação, bem como o poder formal.

### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ Em linha com a nova Lei do Investimento Privado (Abril 2017) serão fornecidos incentivos (todos os subsectores) para o setor privado para investimentos em inovação (recursos, materiais, etc.) e gestão que apoie o desenvolvimento agrícola;
- ✓ Os agricultores, criadores de gado, criadores de peixe e pescadores serão encorajados a estabelecer "grupos de produtores" para facilitar e maximizar os benefícios da compra em grosso de recursos agrícolas e da comercialização coletiva de produtos agrícolas em cooperação com o setor privado e com os serviços de extensão do Governo;
- ✓ Serão desenvolvidos de planos de desenvolvimento agrícola comunitário sustentáveis;

- ✓ Serão estabelecidas as Instalações de Desenvolvimento da Organização de Pequenos Proprietários que fornecem assistência técnica e bolsas correspondentes aos grupos de agricultores;
- ✓ Os serviços de extensão do setor público e privado para comunidades e pequenos proprietários serão melhorados para fortalecer seu papel de ligação entre os agricultores e o setor privado;
- ✓ As comunidades rurais serão treinadas para desempenhar os papéis do setor privado;
- ✓ As cooperativas agrícolas serão desenvolvidas e apoiadas para participar ativamente do desenvolvimento da agricultura no país.

### **Financiamento rural**

Prevê-se um aumento na procura do financiamento rural, moderadamente, do nível de "procura alcançado" de \$2.9 milhões em 2014 para \$9.5 milhões ou aproximadamente três vezes o nível atual durante os próximos cinco anos (i.e. 2019). Por conseguinte, em consulta com o Ministério das Finanças, será desenvolvido um sistema de crédito e financiamento rural eficiente, eficaz, orientado para a procura e sustentável.

### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ As cadeias de valor de agronegócio do setor privado orientadas para o mercado serão encorajadas e expandidas como os principais meios para acelerar o desenvolvimento agrícola e rural em Timor-Leste, seguindo os modelos de melhores práticas de desenvolvimento da cadeia de valor e incluindo a diversificação de investimentos em todos os subsectores agrícolas. No entanto, o Governo pode iniciar uma empresa pública (empresa emergente) para responder à ausência de investimentos privados no setor; A empresa tornar-se-á uma entidade público-privada ou será privatizada no futuro quando as condições forem as corretas;
- ✓ As cadeias de valor financeiras (CVF), que ligam os bancos comerciais ou outros prestadores de serviços financeiros com empresas líderes, pequenos produtores comerciais, fornecedores de materiais, comerciantes e outros participantes da cadeia de valor, serão abordadas como um mecanismo integrado de entrega de crédito, juntamente com o desenvolvimento de recursos financeiros voltados para os requisitos de cada categoria de empresa agrícola;
- ✓ A rede ***Usaha Bersama Simpan Pinjam*** (Poupanças Conjuntas da Aldeia e Grupos de Empréstimo) será fortalecida e apoiada mediante o fornecimento de serviços financeiros de nível inicial e de alfabetização financeira orientadora para "pequenos proprietários de subsistência não comercial" nas comunidades rurais.

### **Consumo para uma dieta saudável**

O uso e a preparação de alimentos são cruciais para a saúde humana e para a redução da malnutrição da população timorense (especialmente as crianças). O objetivo do Governo é aumentar o acesso e o consumo de uma ampla gama de produtos alimentares para aumentar a saúde da população.

### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ Será levado a cabo um aumento de campanhas de conscientização, educação nutricional e programas de formação (demonstrações culinárias) para promover

- mudanças comportamentais nas preferências dietárias. Isso deve-se concentrar na experimentação com receitas locais, para melhorar a absorção de nutrientes, e no aumento da pesquisa;
- ✓ O estabelecimento de programas de alimentação escolar e jardins escolares, para melhorar a alimentação e os hábitos alimentares das crianças, será estimulado em estreita colaboração com o Ministério da Educação e os grupos de agricultores locais;
  - ✓ Serão incorporados nos currículos educacionais nos níveis do ensino secundário sistemas de produção agrícola sensíveis à nutrição;
  - ✓ Será fortalecido o apoio ao desenvolvimento do mercado local e o acesso aos supermercados, bem como a entrega de alimentos nutritivos em pontos de venda potenciais, como a polícia militar e os hospitais;
  - ✓ O aumento da produtividade e da produção de pequenos animais (porcos e aves de capoeira, incluindo aves poedeiras), será mais procurado para diversificar e aumentar a disponibilidade de diferentes alimentos nutritivos (por exemplo, conscientização pública contínua para promover o consumo de um ovo local por dia para crianças menores de cinco anos e mulheres grávidas);
  - ✓ De acordo com a estratégia nacional de aquicultura/pesca, o desenvolvimento da aquicultura sustentável será promovido e apoiado e melhorará a gestão das pescarias costeiras e continentais e concentrar-se-á no aumento das capturas das atividades de pesca tradicionais para melhorar o acesso aos produtos piscatórios.

### Fortalecer a extensão, pesquisa aplicada e educação

No geral, os sistemas de pesquisa e extensão agrícola em Timor-Leste precisam de muito fortalecimento. Foi alcançado sucesso em sucos onde o apoio foi prestado à criação de escolas de campo de agricultores (ECA), promovendo a agricultura de conservação através de pesquisas adaptativas de grupo e metodologias de aprendizagem participativa.

O objetivo do Governo é introduzir uma estratégia de extensão agrícola "moderna" que se baseie na história de sucesso da abordagem das ECA à pesquisa aplicada e extensão participativa testada e demonstrada pelo projeto implementado pela FAO financiado pela USAID/DADE, "Melhorando a Alimentação e a Segurança Nutritiva e Reduzir do Risco de Desastres através da Promoção da Agricultura de Conservação" (2013-2017). O fato de o "Projeto de Melhoria da Produtividade Agrícola Sustentável (SAPIP)" financiado pelo Banco Mundial, recentemente lançado, priorizar o "desenvolvimento e fortalecimento de grupos de agricultores, facilitando a aprendizagem de agricultores a agricultores através das ECA" em três bacias hidrográficas de Timor-Leste mostra algum grau de institucionalização. Isto deve ser prosseguido pelo Governo. A Estratégia Nacional de Extensão Agrícola promoverá a pesquisa e extensão de tecnologias e práticas AIC novas e melhoradas aplicáveis às zonas agroecológicas encontradas em Timor-Leste.

O objetivo geral é desenvolver e implementar uma estratégia para melhorar a pesquisa agrícola e os serviços de extensão passando uma pesquisa centralizada em pólos e da formação vertical dos agricultores para uma pesquisa adaptativa de campo e aprendizagem participativa em grupo, orientada para o mercado. Será dada especial atenção à capacitação das mulheres em reconhecimento do seu papel crítico nos sistemas de agricultura familiar, gestão doméstica familiar, preparação e produção de alimentos.

Aplicar-se-á o seguinte ao serviço de extensão agrícola:

- ✓ Devem ser fornecidos serviços económicos, fornecidos por extensionistas bem treinados, de modo a apoiar os agricultores a responder aos seus problemas. A eficácia dos custos será melhorada através de uma cooperação efetiva entre todas as instituições (isto é, o Governo, ONGs, organizações comunitárias (OC) e o setor privado) que forneçam serviços agrícolas de apoio;
- ✓ Os serviços de extensão agrícola idealmente deveriam ser definidos localmente porque as condições e as necessidades dos agricultores são diferentes consoante a localização, as condições agroclimáticas e os costumes e a política Governamental de descentralizar a sua administração para os municípios e para o nível de unidades administrativas;
- ✓ Trabalhar com grupos de agricultores, proprietários de gado, pescadores e utilizadores da floresta oferece a oportunidade de uma utilização mais efetiva dos recursos limitados de extensão, de uma melhoria na partilha de informação e de decisão ao nível local, participação e capacitação inclusivas e autênticas;
- ✓ As atividades de pesquisa e extensão agrícola não podem funcionar de forma independente. Deve haver um fluxo livre de informações entre a equipa de pesquisa e de extensão para prestar serviços efetivos de assistência agrícola aos agricultores, proprietários de gado, pescadores e usuários de florestas;
- ✓ Os conselhos e as informações fornecidos aos produtores devem seguir uma perspectiva de sistema de agricultura integrada, p. ex. culturas/pecuária, colheitas/pesca e agro-silvicultura. As instituições de extensão públicas e privadas com diferentes conhecimentos devem colaborar para fornecerem aconselhamento agrícola completo;
- ✓ A coordenação destaca todos os componentes da Estratégia Nacional de Extensão Agrícola. Os serviços de extensão prestados por diferentes instituições públicas e privadas devem ser coordenados pelo MAP a todos os níveis, a fim de otimizar o uso dos recursos.

#### **Intervenções estratégicas principais:**

- ✓ Realizar uma avaliação institucional aos prestadores de serviços governamentais e não-governamentais de assistência agrícola que operam em Timor-Leste. Isso será feito em colaboração com uma organização terciária ou internacional. Além disso, será projetado um programa de desenvolvimento de capacidades para fortalecer as competências dos provedores de serviços identificados em termos de atualização de seus conhecimentos e competências para a implementação da Estratégia Nacional de Extensão Agrícola;
- ✓ A criação de consciencialização será melhorada entre os Diretores Gerais e os Diretores Nacionais do Ministério da Agricultura e Pescas, as Direções-Gerais de Agricultura, Pecuária e Veterinária, Florestas, Café e Plantas Industriais e Pescas e os diretores e gestores de serviços de apoio agrícola do setor privado bem como as ONGs no que diz respeito aos princípios das estratégias mencionadas no quadro político.

## Formulação política, implementação e monitorização e avaliação

### Papéis e Responsabilidades

Para implementar a política agrícola revista é necessária a colaboração entre as diferentes direções do Ministério da Agricultura e Pescas e entre os diferentes Ministérios e parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas através da cooperação multissetorial. Isso inclui planeamento, mobilização de recursos e monitorização e avaliação conjuntos. O MAP implementará as políticas referidas e permitirá que o setor privado, a sociedade civil, as organizações comunitárias, as ONGs e os parceiros de desenvolvimento participem ativamente e contribuam para o desenvolvimento da agricultura em Timor-Leste.

Não é possível ao Governo, às ONGs ou ao setor privado resolverem todos os problemas e/ou explorar plenamente as potencialidades do setor agrícola. Uma vez que os problemas são complexos e generalizados no setor agrícola, que tem recursos limitados, as atividades do Governo, do setor privado, dos agricultores e das organizações não governamentais terão que ser coordenadas ou sincronizadas para fornecer resultados máximos no setor. É essencial que todas os interessados, especialmente as instituições do setor privado, os parceiros de desenvolvimento e as ONGs, tenham a oportunidade de participar em qualquer programa relacionado com o desenvolvimento do setor agrícola, mas devem alinhar suas intervenções à nova política agrícola. Serão consideradas pelos participantes ao realizar atividades relacionadas com as atividades de desenvolvimento da agricultura no país as seguintes novas funções e responsabilidades:

- ✓ O Governo: criar um ambiente favorável e facilitar o desenvolvimento, a regulamentação, a coordenação, a extensão, a formação e a pesquisa. Será promovido um método participativo para garantir uma participação inclusiva e autêntica dos interessados e dos níveis em questão (município, suco, aldeia, comunidade) no processo de formulação, monitorização e avaliação de planos relacionados com o setor agrícola. O MAP irá gradualmente avançar para acordos de partilha de custos e implementar um sistema modificado para a entrega de serviços a nível nacional;
- ✓ O setor privado: importação, desenvolvimento melhorado da cadeia de valor, fornecimento de materiais e produtos, distribuição, transporte, *marketing*, prestação de serviços;
- ✓ Intermediários financeiros: fácil acesso ao crédito para o setor privado e para os agricultores;
- ✓ Académicos: assumem a pesquisa e a publicação para alimentar o desenvolvimento agrícola.
- ✓ As ONGs e outros parceiros de desenvolvimento: cooperar com o Governo, o setor privado, as comunidades agrícolas e outras partes interessadas na “facilitação” da prestação de serviços aos grupos alvo.

### Governança

O MAP será uma instituição fundamental para garantir a implementação efetiva da política agrícola em estreita cooperação com outros Ministérios, o Parlamento Nacional e os parceiros de desenvolvimento, bem como com a estrutura existente, incluindo o CONSSAN-TL, pois este órgão mantém a supervisão da política de Segurança Alimentar e Nutrição no país. A Unidade de Apoio de Gestão dos Parceiros de Desenvolvimento (UAGPD) do

Ministério da Agricultura e Pescas será reforçada para implementação, coordenação e comunicação efetiva com os outros Ministérios, parceiros de desenvolvimento, ONGs, setor privado e CONSSAN-TL.

### Planeamento Operacional e Financeiro: próximos passos

As novas orientações políticas para o MAP, conforme descrito neste documento, dependem crucialmente do apoio do orçamento do Governo e dos parceiros de desenvolvimento. Quando os planos operacionais de médio prazo (POMP) forem detalhados, tendo em consideração o POMP existente, o Governo identificará quem é responsável pela implementação de atividades prioritárias específicas e os custos deverão ser incluídos nas rubricas orçamentais dos Ministérios relevantes. Este POMP também permitirá uma forma de priorização das responsabilidades e expectativas internas do MAP. Se o orçamento do MAP não aumentar, então apenas um número limitado de atividades prioritárias podem ser financiadas. De acordo com esta política (segurança alimentar, sensível à nutrição e inteligente face ao clima), estas atividades incluem a produção e produtividade variada e melhorada de culturas e horticultura, alimentação animal e vacinas, extensão e pesquisa, desenvolvimento de tanques de peixe, reabilitação de plantações de café, redução de perdas de pós-colheita, reflorestação e desenvolvimento de capacidades. Portanto, muito dependerá da reafecção do orçamento do Governo no futuro próximo para apoiar a implementação das políticas.

As intervenções estratégicas devem ser traduzidas num plano de investimento concreto e totalmente custeado. Uma vez finalizado o plano de investimento, o financiamento pode ser mobilizado pelo público, setor privado e parceiros de desenvolvimento para implementação. Serão essenciais estreitas relações de trabalho entre (e dentro) o Governo, os parceiros de desenvolvimento, as organizações do setor privado e da sociedade civil e a comunidade agrícola para alcançar os resultados de desenvolvimento desejados. Em suma, é importante que o MAP realize consultas detalhadas com os parceiros de desenvolvimento e com outros interessados para discutir como abordar a grande questão dos custos recorrentes e recuperação de custos e determinar como o MAP e seus parceiros podem trabalhar juntos para implementar as novas orientações da maneira mais eficaz e eficiente. Também é importante notar que todos os programas de parceiros de desenvolvimento no setor agrícola devem alinhar-se com esta política e os seus investimentos devem ser considerados como suporte (e não substituição) das dotações orçamentais governamentais.

### Monitorização e avaliação

É preciso abordar a falta de dados e o fraco sistema de monitorização e avaliação (M&A). É necessário um sistema de M&A efetivo e de baixo custo operacional do Ministério da Agricultura e Pescas para garantir que as ações estratégicas estão a alcançar os resultados desejados. A monitorização facilita os ajustes necessários no plano de implementação e na alocação de recursos. As atividades do Governo, organizações privadas e ONGs envolvidas no desenvolvimento agrícola serão submetidas a um sistema de monitorização bem organizado e serão coordenadas do nível nacional até ao local de implementação.

A UGP, em estreita colaboração com a Direcção-Geral dos Serviços de Estatística (MOF), a Direcção Nacional de Políticas e Planeamento e a Direcção Nacional de Pesquisa do Ministério da Agricultura e Pescas, será responsável por estabelecer o quadro de monitorização e avaliação, monitorizar e avaliar o progresso e preparar relatórios periódicos

de implementação. A política estará sujeita a uma avaliação intercalar o mais tardar três anos após a sua publicação. Uma monitorização e uma avaliação efetivas e oportunas permitirão uma oportunidade para refletir sobre a implementação da política e canalizar essas lições no futuro planeamento e priorização.

O sistema requer um conjunto de dados de referência. Um conjunto mínimo de indicadores principais que já estão estabelecidos servirá como ponto de partida e ainda será elaborado mais tarde. Os resultados de vários inquéritos serão utilizados no estabelecimento de indicadores (por exemplo, inquéritos sobre rendimentos e despesas das famílias, inquéritos demográficos de saúde, inquéritos nutricionais e censos populacionais).

Assim que o plano de investimento para a política seja complementado, este será utilizado como base para os relatórios de monitorização e avaliação. Eles devem ser realizados regularmente de modo a avaliar a realização dos objetivos e indicadores.